



► Empresários, pesquisadores e gestores da administração pública participaram do seminário, que contou com as presenças do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge



Fotos: Divulgação / BNDES

Aposta na inovação

Articulação entre economia e saúde foi tema de seminário no Rio

Fernanda Marques

Atualizar o conhecimento sobre a evolução recente do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CIS) e, assim, contribuir para um padrão nacional de desenvolvimento que viabilize, a um só tempo, o dinamismo econômico, a geração e difusão de inovações em saúde no Brasil e o acesso da população aos bens e serviços essenciais em saúde: este foi o propósito de um seminário realizado no Rio de Janeiro, no final de maio, pelo Ministério da Saúde, por meio da Fiocruz, e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com mais de mil participantes inscritos, entre representantes do governo, da academia e de empresas públicas e privadas, o seminário discutiu várias ações para o desenvolvimento da base produtiva de bens e serviços em saúde com foco na inovação, tendo como referências o PAC Mais Saúde, o PAC Inovação e a nova Polí-

tica de Desenvolvimento Produtivo (PDP). O evento foi um marco nas discussões do Estado com o setor privado e a academia sobre o tema da inovação, processo do qual a Fiocruz tem participado ativamente, por meio de sua recém-criada Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde (VPPIS).

Segundo especialistas reunidos no BNDES, no Seminário sobre o Complexo Econômico-Industrial da Saúde: Em busca de uma Articulação entre Inovação, Acesso e Desenvolvimento Industrial, espera-se um aumento significativo da demanda por produtos e serviços de saúde no Brasil. As razões são várias e quase sempre positivas. Entre elas, pode-se destacar maior expectativa de vida, menor mortalidade infantil, maior renda, menor desigualdade na distribuição desta renda, melhoria do acesso à saúde e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). A tendência, portanto, é o aumento do mercado consumidor em saúde e especialistas no assunto alertam: é preciso agir para que a ca-

deia produtiva nacional consiga atender a este crescimento.

“Devemos estar preparados para o crescimento da demanda por bens e serviços de saúde sem aprofundar a dependência de importações e a vulnerabilidade do país”, afirmou o presidente do BNDES, Luciano Coutinho. “É necessário reduzir tanto a iniquidade social em saúde como a fragilidade da base produtiva e de inovação, ou seja, articular a política social com a política econômico-industrial”, completou o vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, Carlos Gadelha.

Redução do déficit da balança comercial na área da saúde

Ciente desse desafio, o governo federal acaba de criar o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS), com a participação de 14 órgãos e entidades, entre eles o BNDES e a Fiocruz. A ideia é viabilizar um ambiente econômico e institucional propício ao desenvolvimento do Com-

plexo Econômico-Industrial da Saúde (CIS), que engloba as indústrias públicas e privadas de equipamentos médicos, materiais, reagentes e dispositivos para diagnóstico, hemoderivados, vacinas, princípios ativos e medicamentos, bem como, num sentido mais amplo, o governo, os serviços e os profissionais dedicados à saúde.

O CIS também foi incluído na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), recém-lançada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, o programa da PDP relativo ao CIS tem duas metas principais: reduzir o déficit da balança comercial na área da saúde de US\$ 5,5 bilhões para US\$ 4,4 bilhões até 2013 e desenvolver tecnologias para a fabricação local de produtos estratégicos para o SUS.

Essas medidas visam integrar as lógicas econômica e sanitária. A relação existente entre economia e saúde pode ser percebida, ainda, quando se verifica que a cadeia produtiva da saúde – englobando as atividades industriais e os serviços – representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB), isto é, cerca de R\$ 160 bilhões, e responde por 10% do emprego formal no Brasil. São cerca de 9,5 milhões de trabalhadores direta ou indiretamente envolvidos com o setor da saúde e a expectativa é chegar a 12,5 milhões nos próximos anos.

Investimentos em saúde, e não gastos

Os números apontam para a área da saúde não como um setor que concentra os gastos governamentais, mas como um espaço de geração de renda e emprego. “Neste sentido, os gastos com saúde passam a ser encarados como investimentos. A saúde é um elemento endógeno ao desenvolvimento”, disse o chefe do Departamento de Produtos Intermediários Químicos e Farmacêuticos do BNDES, Pedro Palmeira.

Apesar do forte apelo econômico, não se pode perder de vista a dimensão e o impactos sociais da saúde. “Mais de 70% da população brasileira dependem exclusivamente do SUS”, ressaltou a secretária-executiva do Ministério da Saúde,

Márcia Bassit. “Existem 27 mil equipes de Saúde da Família, que acompanham 87 milhões de brasileiros em 92% dos municípios do país”, acrescentou. Considerado um projeto social único no conjunto dos países em desenvolvimento, o SUS realizou, em 2006, 2,3 bilhões de procedimentos ambulatoriais, 300 milhões de consultas médicas e 2 milhões de partos. Quanto aos procedimentos mais complexos, houve 11,3 milhões de internações, 9 milhões de procedimentos de quimioterapia e radioterapia, 215 mil cirurgias cardíacas e 11 mil transplantes.

O contexto da saúde, portanto, congrega as questões sociais e econômicas. “A saúde tem uma dualidade. Por um lado, o aspecto do direito constitucional, da cidadania, da qualidade de vida; por outro, o dinamismo de produção e inovação. Uma política que integra estas duas dimensões representa, de fato, um avanço”, sintetizou o ministro da Saúde, José Gomes Temporão. E esta política se materializa nas medidas para consolidar o CIS, que objetivam enfrentar os problemas de saúde pública e, ao mesmo tempo, fazer com isto sirva de alavanca para a economia.

Fortalecer o CIS significa, por exemplo, passar a produzir no Brasil produtos estratégicos para o SUS que hoje são importados. É o caso dos hemoderivados (derivados do sangue, como os fatores de coagulação 8 e 9, usados no tratamento das hemofilias). No âmbito da Política de Assistência Farmacêutica, a aquisição de hemoderivados, 100% importados, custa em torno de R\$ 280 milhões aos cofres públicos. O fomento ao CIS requer, ainda, aumentar o conteúdo tecnológico dos produtos já fabricados no país e ampliar o acesso dos brasileiros às novas tecnologias.

Para atingir esses objetivos, uma das medidas é o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Os gastos dos países ricos em P&D na área da saúde totalizam US\$ 180 bilhões ao ano e mais da metade desta quantia vem do setor privado. No Brasil, onde o gasto anual com P&D em saúde é de US\$ 531 milhões, o setor privado res-

ponde por menos de um quarto deste valor. Esta é uma das razões que prejudicam o potencial inovador das empresas nacionais, que, pouco a pouco, têm se aproximado das universidades e instituições científicas. “Para promover a inovação tecnológica em empresas, uma das nossas metas é elevar os investimentos privados em P&D de 0,51% do PIB para 0,65% do PIB até 2010”, afirmou o secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Rodrigues Elias.

Parcerias voltadas para as necessidades do SUS

De acordo com Pedro Palmeira, do BNDES, o empresário precisa de um ambiente de negócios favorável para inovar e este ambiente começa a acontecer. “Agora é a hora de o empresário privado nacional fazer investimentos de maior risco, para os quais conta com instrumentos do BNDES”, disse. Um destes instrumentos é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do CIS, chamado de Profarma 2. “A modernização e a organização da rede produtiva pública também são alvos do nosso trabalho”.

A parceria entre os setores público e privado é outra estratégia em pauta. “Mas não é qualquer parceria. Ela tem que ser voltada às necessidades do SUS”, lembrou Carlos Gadelha, da Fiocruz. “O alvo da empresa é o acionista. O alvo do sistema público de saúde é a população. É possível, sim, conciliar os interesses de ambos, mas até um determinado limite. Não abriremos mão da regulação de preços, do papel da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) etc. O Ministério da Saúde quer melhorar seu diálogo com as empresas e já há avanços neste entendimento. A parceria em que o ministério está interessado é aquela em que o parceiro privado ganha a garantia de compra de seus produtos para o mercado público e o parceiro público ganha a elevação de seu patamar tecnológico”, resumiu o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães. 